

SERVIÇOS, MINISTÉRIOS E PLANEJAMENTO PASTORAL

*Dom Rodolfo Luiz Weber**

Resumo: A eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II para se tornar institucional requer considerar todos os membros da Igreja como “pedras vivas”, isto é, sujeitos eclesiais. A variedade de dons concedidos livremente pelo Espírito Santo em favor do bem comum se tornam ministérios quando os agraciados que os colocam em comum. Fazem do dom um serviço. O Novo Testamento apresenta uma variedade de ministérios nas comunidades cristãs que estavam iniciando e procurando encontrar uma resposta organizada para as demandas pastorais. Reinava a certeza de que eram dons de Deus sustentados pelo Espírito Santo. O modelo de exercício digno do ministério é o Servo de YHWH que ganha autoridade por ter atitude de servo. Mesmo que sejam dons, as pessoas agraciadas necessitam de formação e uma formação de discípulos missionários para descobrirem a vontade de Deus e deste modo serem servidores. Uma formação não somente para saber, mas para fazer e ser capaz de fazer bem feito. Requer-se uma formação bíblica, doutrinal, litúrgica e da doutrina social da Igreja e deste modo possibilitar uma síntese. O planejamento pastoral se torna uma urgência para realizar uma pastoral orgânica harmonizando os diferentes dons, carismas e ministérios.

Palavras-chave: Ministérios. Serviços. Igreja. Eclesiologia de comunhão. Formação. Planejamento Pastoral.

1 O mistério da igreja

Inicialmente, faz-se necessário recordar alguns ensinamentos de eclesiologia da Constituição Pastoral *Lumen Gentium* (LG) do Concílio Ecumênico Vaticano II, sobre a identidade e a missão da Igreja. São necessários para entender a própria identidade e a missão no mundo. Bem no começo, a Constituição afirma: “A Igreja é em Cristo como que o

* É mestre em Filosofia e Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Passo Fundo.

sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano, insistindo no tema dos Concílios anteriores, ela pretende oferecer a seus fiéis e a todo o mundo um ensinamento mais preciso sobre sua natureza e a sua missão universal” (LG 1).

A Igreja, entendendo-se como instrumento ou sinal, têm plena consciência que exerce uma missão de serviço para Alguém maior. Não existe em função de si mesma. Da mesma forma, sendo instrumento ou sinal sabe que o sinal está no lugar da realidade que é sempre maior e mais perfeita.

A Igreja encontra seu fundamento e origem no Mistério Trinitário. Origina-se da vontade salvífica do Pai, vai se configurando através da missão e obra do filho Jesus Cristo e realiza sua missão pela ação do Espírito Santo. “Assim, a Igreja toda aparece como “o povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG 4). Por causa da sua origem e pela sua continuidade fica evidente que não pode ser reduzida a uma realidade sociológica ou psicológica como se fosse um grupo para atender alguma finalidade.

A Igreja tendo sua origem no Deus uno e trino, também será marcada pelo mistério. Torna-se, portanto, um grande desafio encontrar uma definição adequada. Faz-se necessário recorrer ao recurso de imagens oriundas da Palavra de Deus, é o meio que a *Lumen Gentium* encontra para falar da Igreja. Dentro dos limites próprios da linguagem, as imagens ao mesmo tempo em que revelam parte do mistério também escondem. São figuras provenientes da vida pastoril ou da agricultura, da construção e da vida familiar ou matrimonial. Apresenta-se a Igreja como um redil, um rebanho; como campo ou lavoura; como construção de Deus; Jerusalém do alto, como mãe, esposa do cordeiro. Temos em comum nestas figuras não algo estático, mas algo dinâmico que é fruto de trabalho, de cuidado.

A Igreja é o corpo místico de Cristo. “Neste corpo difunde-se a vida de Cristo nos crentes que, pelos sacramentos, são unidos a Cristo morto e glorificado de modo misterioso e real” (LG 7). De modo místico constituiu os membros da Igreja, chamados de todos os povos, membros do seu corpo, do qual Cristo é a cabeça.

A Igreja é o Povo de Deus, um novo povo e da nova aliança. “Todavia, aprouve a Deus santificar e salvar os homens não individualmente, excluía qualquer ligação ente eles, mas constituí-los num povo que o conhecesse na verdade e santamente o servisse” (LG 9). Um povo que nasce da vontade divina, independente de laços sanguíneos, culturais, raciais ou étnicos, constituindo-se em “gente escolhida, o sacerdócio régio, a nação santa, o povo que ele adquiriu, a fim de que proclameis os grandes feitos daquele que vos chamou das trevas para a sua luz maravilhosa. Vós sois aqueles que antes não eram povo, agora, porém, são povo de Deus; os que não eram objeto de misericórdia, agora, porém, alcançaram misericórdia” (1Pd 2,9-10).

Para existir como povo e alcançar a meta de um povo, faz-se necessário que seja um povo ordenado e tenha também os meios de viver desta maneira. Este povo messiânico tem por cabeça Cristo e “como meta o Reino de Deus, iniciado na terra pelo próprio Deus a ser dilatado depois, até que no fim dos tempos seja consumado por ele próprio” (LG 9). Um povo sacerdotal que participa do sacerdócio de Cristo, no qual se diferenciam o sacerdócio comum dos fiéis do sacerdócio ministerial. Um povo rico com grande variedade de dons e ministérios. Um povo marcado pela universalidade e catolicidade no qual todos os povos são chamados a pertencer, um povo com índole missionária, ecumênico e de diálogo com os não cristãos. Um povo que adquire uma estrutura visível e social e que tem, nos sacramentos, os grandes meios de transmissão da graça divina.

2 Serviços e ministérios

Da breve recordação da eclesiologia da *Lumen Gentium*, sendo que a mesma foi reafirmada e aprofunda diversas vezes nos documentos posteriores do Magistério da Igreja, fica muito evidente que a Igreja, sinal e sacramento de salvação no mundo, é ministerial e carismática. “A Igreja, com efeito, é dirigida e guiada pelo Espírito que distribui diversos dons hierárquicos e carismáticos a todos os batizados, chamando-os a ser, cada qual a seu modo, ativos e corresponsáveis” (CfL 21).

Os ministérios são dons de Deus e também busca humana. “Dois elementos inter-relacionados estão subjacentes a todo este processo: a atuação do Espírito Santo na comunidade dos fiéis (dimensão do dom transcendente) e a busca humana das melhores opções (dimensão do empenho humano)”¹. A Igreja atenta às necessidades e aos desafios da evangelização vai procurando respostas. Faz o discernimento dos sinais dos tempos para despertar os ministérios necessários.

2.1 Os ministérios no Novo Testamento

Nas primeiras comunidades cristãs percebe-se uma necessidade de organizar-se para realizar a missão evangelizadora. Comunidades situadas em várias cidades, compostas por pessoas oriundas de diferentes tradições religiosas, além não terem um modelo para se inspirarem, desenvolveram modelos ministeriais diferentes. Inclusive alguns ministérios não têm nome, mas são descritas as atividades que devem fazer, como por exemplo: afadigam, presidem e admoestam (cf. 1Ts 5,12). Transparece a vontade de organizar as comunidades e deixá-las bem ordenadas. “O Novo Testamento testemunha uma variedade de organizações eclesiais na procura tateante pelo melhor caminho para as

1 CNBB. *Missão e Ministérios dos cristãos Leigos e Leigas*, («Documentos da CNBB 62»), n.81.

Igrejas se manterem fiéis à tradição e, ao mesmo tempo, responderem aos novos desafios”².

Figura de destaque é o apóstolo São Paulo. Em seus escritos, se destacam dois tipos de ministérios: os ministérios básicos e os ministérios estruturais. Fazem parte do primeiro grupo, conforme 1Cor 12,28, os apóstolos, os profetas e os doutores. “Todos os três se caracterizam por ser um serviço à Palavra: o apóstolo, como diz termo, é o enviado para proclamar a Palavra da salvação, cuja autoridade provém do contato imediato com o Ressuscitado; o profeta é o porta-voz de Deus sob o influxo do Espírito do Ressuscitado; o doutor se debruça sobre a Palavra para explicá-la”³. Fica muito evidente a primeira tarefa da evangelização: anunciar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus. É pelo anúncio, pela explicação da Boa Nova que se forma a comunidade eclesial.

O segundo grupo de ministérios podem ser denominados de estruturais, para o funcionamento interno das comunidades já constituídas. Segundo Francisco Taborda estes ministérios tem as seguintes características fundamentais:

“1) Estrutura, organização e ministérios na Igreja são essencialmente diferentes dos mesmos em qualquer organização humana. A Igreja é obra de Deus, os ministros são instrumentos de Deus, servidores de Cristo, órgãos do Espírito Santo.

2) Para todos os cristãos vale a lei do amor, do serviço, da submissão mútua, qualquer que seja a função que exerçam na comunidade.

3) A estrutura e constituição das comunidades cristãs primitivas é variável, não unitária”⁴.

2 Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*, p.76.

3 *Ibidem*, p.77.

4 *Ibidem*, p.85.

Reina a certeza unânime de que todos os ministérios são dons de Deus e sustentados pelo Espírito Santo. Ao receber o batismo e constituir comunidade eclesial inaugurou-se um novo tempo e uma nova vida; bem melhor do que aquele modo de viver que ficou para trás. Na carta aos Efésios 1,3-14, São Paulo convida a comunidade a dizer: Bendito seja Deus por tudo o que foi feito por intermédio de Jesus Cristo: eleição do homem, predestinação para filhos adotivos, redenção, a revelação dos mistérios de Deus, herança das realidades divinas, o anúncio do Evangelho e dom do Espírito Santo. Tudo isto merece louvor por causa da bondade do Pai.

2.2 Ministério como serviço segundo o modelo do Servo de YHWH

A origem trinitária da Igreja, manifesta que ela não é obra humana como também seus ministros não podem agir conforme o modelo humano. Jesus, respondendo à ambição dos filhos de Zebedeu, disse a eles e aos outros apóstolos: “Sabeis que os que são considerados chefes das nações as dominam, e os seus grandes fazem sentir seu poder. Entre vós não deve ser assim. Quem quiser ser o maior entre vós seja aquele que vos serve, e quem quiser ser o primeiro entre vós seja o escravo de todos. Pois o filho do Homem não veio para ser servido, mas pra servir e dar a vida em resgate de muitos” (Mc 10,41-45). É direta e límpida a resposta de Jesus Cristo para os seus seguidores sobre o exercício do poder. O modelo é o servo, já prefigurado no Servo Sofredor do profeta Isaías. Em Cristo ele se torna visível e real. O servo pode ser tomado como figura individual e como o coletivo. O agir como servo é válido para cada um que exerce um ministério na Igreja, tanto para os ministros ordenados como para os ministérios leigos, como para toda comunidade eclesial.

Quem exerce um ministério o faz revestido de poder

recebido legitimamente da autoridade competente ou da comunidade. A palavra “poder” é ambígua e pode ser tomada no mau sentido de poder-dominação que se opõe claramente ao poder-serviço ensinado por Jesus. Infelizmente, a fraqueza humana também consegue manipular a palavra serviço que pode se apresentar camuflada de dominação, através de paternalismo, amabilidade e solicitude que não dão espaço ao outro, além de criar dependência. Transformar-se-ia num serviço sem vigor e sem força libertadora.

Uma Igreja servidora ou um sujeito servidor “despende todas as suas energias para que o ser humano chegue a ser fonte de suas próprias decisões, expressar livremente sua identidade e compartilhá-la com os demais num intercâmbio de reciprocidade”⁵. O poder dominação é exercido sobre um grupo e se impõe pela força, pela coação. O poder-serviço tem seu lugar no interior da comunidade e se desenvolve e amadurece dentro da comunidade.

Neste sentido o poder-serviço desperta o poder presente em cada pessoa identificando-se com autoridade. “A autoridade é espiritual ou moral. É uma eficácia de irradiação e atração. Pode existir poder sem autoridade e igualmente ter e exercer autoridade sem ‘poder’”⁶. O modo do exercício do poder legitima quem o exerce. Mesmo que alguém ocupe a função legalmente, mas exerce seu poder de forma abusiva ou desleixada perde a credibilidade e questiona-se até a sua legalidade. O modo de exercer o poder faz do ser humano “autor”, exercendo o poder que nele existe, levando a ser livre. “Autoridade é serviço ao poder do outro, despertar no outro o poder sufocado que, embora exista nele, o poder-dominação

5 Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*, p.53.

6 Yves CONGAR. *Igreja serve e pobre*. Coleção Teológica. Vol. 5. **Apud** Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: Uma teologia do ministério ordenado*, p.54.

não permite que se desenvolva. É não apagar a mecha que ainda fumeja nem quebrar a cana rachada (cf. Is 42,3)⁷.

Dada a diferença da Igreja em relação às outras instituições coletivas, os seus membros necessitam deixar-se conduzir pelo Espírito Santo. Somente quem vive uma espiritualidade de comunhão, serviço e de docilidade ao Espírito exerce a autoridade como uma resposta de fé em Cristo servo. A ação como Igreja, no seguimento de Jesus, terá a marca de serviço à humanidade, à realização humana, fazendo com que o ser humano assuma seu poder, sua liberdade, seja “autor”.

Mas Igreja é também uma instituição situado no mundo e sujeita às leis do mundo. Sociologicamente, é próprio das instituições estruturar-se conforme suas necessidades e exigências legais, o que cria tensões, outras vezes divide, gera disputas. Também teologicamente, a Igreja é instituição centrada na pessoa de Jesus Cristo que chamou pessoas concretas para que estivessem com Ele e os constituiu para estarem à frente. A mediação entre o polo sociológico e o teológico acontece pelo ministério ordenado. “Por isso, os ministros são ordenados sob a invocação do Espírito Santo; não são simplesmente uma instituição humana que o grupo sociológico Igreja se dá a si própria”⁸.

Considerando-se este regime de governo, faz de todos os seus membros sujeitos ativos, “pedras vivas, um sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo” (1Pd 2,5). Todos se tornam corresponsáveis e o poder serviço leva a dar primazia ao outro, a busca do interesse e do bem do outro. Quem dirige tem a tarefa de exortar, animar e ajuda a todos terem atitude de servo. Na celebração do sacrifício eucarístico onde é ressaltada a doação total de Jesus Cristo torna visível a realidade do serviço.

7 Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*, p.54.

8 *Ibidem*, p.56

2.3 Outros elementos fundamentais da teologia dos ministérios e carismas

Em muitas passagens do Novo Testamento, na Constituição Conciliar *Lumen Gentium*, na exortação apostólica pós-sinodal *Christifidelis Laici*, de São João Paulo II, nos documentos da CNBB: *Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas* n.62, *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*, n.100; *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade* n.105 trazem, retomam e aprofundam a teologia dos ministérios, sendo que alguns elementos aparecem com mais frequência e destaque.

Existe uma relação estreita entre carismas e ministérios, mas se distinguem e se unem. Nem tudo pode ser considerado ministério e nem carisma. “Há uma forte tendência, hoje, na teologia e na prática pastoral, de considerar ministério, fundamentalmente, o carisma que assume a forma de serviço à comunidade e à missão no mundo e na Igreja e que, por esta, é como tal acolhido e reconhecido”⁹. Portanto, carisma se torna ministério quando é colocado em vista do bem dos outros, se torna serviço. Enquanto ficar fechado sobre a própria pessoa e não coopera para a edificação da Igreja, não pode ser considerado ministério.

Carismas e ministérios são dons e impulsos especiais que provém da liberdade do Espírito Santo. Ele os concede a quem quer, quando quer. Podem assumir variadas formas, uns mais especiais e outros mais comuns, mas todos são necessários para a Igreja. A diferença de dons não confere maior ou menor dignidade ao seu portador, mas sim uma missão diferenciada. Nenhum carisma ou ministério é dado para o bem próprio, mas é doado para edificação da Igreja, em vista da missão evangelizadora do mundo.

Os carismas “devem ser recebidos com ação de graças e

9 CNBB. *Missão e Ministérios dos cristãos Leigos e Leigas*, («Documentos da CNBB 62»), n.83.

consolação por serem perfeitamente acomodados e úteis às necessidades da Igreja” (LG 12). A pessoa escolhida é convidada a ser grata pela escolha. Ser escolhido não é motivo de vaidade humana, mas um voto de confiança de Deus. Na realidade pastoral, normalmente somente os ministros ordenados são sustentados a partir do seu trabalho pastoral, mas a maioria dos cristãos leigos exerce o ministério de forma voluntária e sem remuneração. Além disso, algumas vezes sem reembolso de despesas do ministério que exercem. Estas condições exigem da pessoa agraciada por um carisma uma profunda fé e generosidade. O ganho não é a remuneração, mas a alegria de cooperar na obra de Jesus Cristo. A gratidão não é proveniente de coisas que as traçam corroem e os ladrões roubam, mas dos tesouros da vida eterna.

Jesus alertou os seus seguidores que a missão somente é possível com renúncias, acompanhadas de perseguições. Deixou claro que a missão não é isenta de dor e sofrimento, mas também garantiu que o ganho é cêntuplo, por isso somente uma profunda fé e um grande amor a Deus e ao próximo faz a pessoa sentir-se feliz e agradecer por ter sido escolhida. De outra forma, a escolha, o carisma pode representar um fardo pesado.

O Concílio deixou muito claro que todos os carismas necessitam do discernimento da Igreja. “O juízo acerca da sua (dos carismas) autenticidade e reto uso compete aos que governam a Igreja e aos quais cabe especialmente não extinguir o Espírito, mas provar tudo e ficar com o que é bom” (1Ts 5,12.19-21) (LG 12). Como já foi dito, os carismas tem a sua origem divina e da busca humana. O diálogo e o discernimento permitem evidenciar a vontade divina, as necessidades da Igreja e a vontade humana. Se os carismas não forem ordenados, ou reconhecidos ou confiados poderiam se tornar um projeto e uma ação pessoal. O ser humano marcado pelo pecado também

consegue deturpar as coisas mais sagradas. Diante da fragilidade humana faz-se necessário o senso comum dos féis. Fazer o discernimento não é restringir, nem impedir o florescimento dos carismas e ministérios. Também é tarefa dos pastores da Igreja estimular e fazer florescer os ministérios necessários.

Os ministérios devem ser exercidos em comunhão. “A cada um é dada a manifestação do Espírito, em vista do bem de todos” (1Cor 12,7). Fazer parte de um povo pode passar a falsa imagem que a individualidade desaparece e é absorvida pelo coletivo. Cada um como membro vivo da Igreja é único, foi chamado com nome próprio no batismo e é convidado individualmente para a trabalhar na vinha do Senhor.

Muito lúcida é a reflexão da exortação apostólica sobre a unidade: “Assim, cada um na sua unicidade e irrepetibilidade, com o seu ser e o seu agir, põe-se a serviço do crescimento da comunhão eclesial, como, por sua vez, recebe singularmente e faz sua a riqueza comum de toda a Igreja. esta “comunhão dos santos”, que nós professamos no credo: o bem de todos torna-se o bem de cada um e o bem de cada um torna-se o bem de todos. “Na santa Igreja - escreve São Gregório Magno - cada um é apoio dos outros e os outros são seu apoio” (CfL 28).

Os carismas também se manifestam nas formas agregativas, tanto dos fiéis leigos como de Congregações Religiosas. Por si sós estas agregações são um sinal de comunhão e da unidade da Igreja. São expressão da liberdade dos fiéis de reunirem-se de forma associativa a partir de um carisma comum. Assim como os outros carismas precisam da aprovação da autoridade, também estes grupos associativos precisam ser submetidos a precisos critérios de discernimento e de reconhecimento. Lembrando sempre que o critério fundamental são os frutos concretos que acompanham a vida e as obras, como Jesus afirmou que pelos frutos conhecemos a árvore.

A comunhão com a Trindade, fonte e origem de todos os

carismas e ministérios, e a Igreja levam a produzir frutos. “Aquele que permanece em mim como eu nele, esse dá muito fruto; pois sem mim, nada podeis fazer” (Jo 15,5). Toda esta comunhão gera uma Igreja missionária. “A comunhão e a missão estão profundamente ligadas entre si, compenetraram-se e integram-se mutuamente, aponto de a comunhão representar a fonte e, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para comunhão” (CfL 32).

2.4 Formação dos ministros

Ao mesmo tempo que Jesus alertava seus discípulos para não terem postura de mestres, também os enviou a ensinar. Antes, porém, ocupou-se longamente com eles ensinando, corrigindo e capacitando-os para desempenharem bem a missão e permanecerem profundamente ligados a Ele. O Documento de Aparecida fala de discípulos missionários. Uma expressão muito clara da condição de todos os fiéis, mas particularmente de quem exerce ministérios na Igreja. Ter a atitude de discípulo revela a necessidade permanente de deixar-se conduzir pelo mestre, a necessidade de ser pobre em espírito e pequenino para acolher a revelação do Pai. Simultaneamente é tempo de ser missionário, de ensinar, de experimentar no cotidiano aquilo que crê.

A formação tem como objetivo fundamental a descoberta da vontade de Deus, de conhecer o ser e a missão da Igreja, da descoberta da própria missão e de como realizá-la. O primeiro e insubstituível agente da formação é o próprio fiel. Ele deve reconhecer a sua fragilidade, as suas limitações, ser dócil, ser capaz de escutar para descobrir a vontade do Senhor sobre a sua vida e missão. A formação é responsabilidade da Igreja que deseja que seus membros saibam dar as razões da própria esperança e que também sejam pedras vivas e colaboradores eficazes.

“Não se trata, no entanto, apenas de *saber* o que Deus quer de nós, de cada um de nós, nas várias situações da vida. É preciso *fazer* o que Deus quer; [...] E para agir em fidelidade à vontade de Deus, é preciso ser *capaz* e tornar-se *cada vez mais capaz*. Sem dúvida, com a graça de Senhor, que nunca falta, como diz São Leão Magno: “Dará a força quem confere a dignidade!”, mas também com a colaboração livre e responsável de cada um de nós.” (CfL 58).

A formação dos fiéis visa conduzir para a unidade, seja no interior da comunidade eclesial, na sociedade e a unidade de cada indivíduo. Cultivar a existência cristã como harmonização da vida chamada “espiritual” e da vida “secular”. Distinção que não é faz sentido, porém muito presente. “O divórcio que se nota em muitos entre a fé que professam e a sua vida quotidiana deve ser tido entre os mais graves erros do nosso tempo. Por isso, afirmo que uma fé que não se torne cultura é uma fé “não plenamente recebida, não inteiramente pensada nem fielmente vivida” (CfL 59).

Devido a importância da formação ela deve ocupar um lugar privilegiado na vida de cada um para crescer constantemente na intimidade com Cristo, na conformidade com a vontade do Pai, na dedicação aos irmãos, na caridade e na justiça. A formação deve ser integral para o desenvolvimento de todas as dimensões e possibilitar uma síntese. Se a formação sempre foi necessária, nos tempos atuais ela se constitui uma urgência. Num mundo extremamente plural e globalizado se convive cotidianamente com opiniões diferentes sobre os mais diferentes temas; ensinamentos contrastantes e relativos. Uma espécie de “salada de frutas” no qual não se consegue distinguir o sabor predominante. Isto faz com que muitos vivam num ecletismo, convivendo e aceitando ensinamentos inconciliáveis. Neste contexto o cristão necessita ter clareza sobre os elementos fundamentais da sua fé.

Uma formação integral, em primeiro lugar, deve ter espaço especial para a Palavra de Deus. A Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina, a exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, entre outros ensinamentos do Magistério oferecem orientações seguras sobre a importância da Bíblia, sobre os estudos exegéticos e hermenêuticos, do modo como deve ser estudada e sua presença na liturgia e na vida pessoal. Os múltiplos meios de comunicação multiplicaram as palavras. Neste contexto o cristão necessita cultivar a reação dos primeiros ouvintes de Jesus: “Todos testemunhavam a favor dele, maravilhados com as palavras cheias de graça que saíam de sua boca” (Lc 4,22).

O relativismo é outra marca da humanidade atual. A compreensão e a aceitação da verdade ficam condicionadas ao gosto, ao interesse ou à utilidade da pessoa ou do grupo. Tem-se dificuldade em admitir verdades que não estejam sujeitas ao tempo e sejam válidas independentemente das próprias opiniões. A formação doutrinal é indispensável. Tão importante quanto o conteúdo também são as metodologias, os lugares e os destinatários. O ritmo de vida exige criatividade no modo de ensinar a doutrina.

A educação para a sensibilidade ao sagrado e a liturgia é outra área nevrálgica. O trato com o sagrado sofreu profunda alteração nos últimos anos, mesmo no ambiente interno das igrejas, onde se fazia silêncio, adoração ao Santíssimo Sacramento, não raramente a postura das pessoas não é condizente. Nos grandes centros urbanos, os sinais visíveis dos templos e sinais religiosos ficaram à sombra dos edifícios e dos shoppings. Por outro lado, existe uma comercialização do sagrado. As referências para educação para o sagrado, o espaço litúrgico e liturgia estão na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* e nos rituais posteriormente reformados.

Para todas as pessoas empenhadas no campo social e político, em especial os leigos, “é absolutamente indispensável uma consciência exata da doutrina social da Igreja (...) a qual contem os princípios de reflexão, os critérios de julgar e as diretivas práticas”. (CfL 60). Esta doutrina foi sintetizada no Compêndio da Doutrina social da Igreja que traz os princípios fundamentais, mas é preciso considerar que ela é dinâmica e precisa ser adaptada às circunstâncias do tempo e lugares. Neste sentido, a *Laudato Sì*, do Papa Francisco é uma atualização importante no ensino de uma ecologia integral.

O ensinamento dos valores humanos é outra área fundamental. Valores como a “competência profissional, o sentido de família, os valores cívicos e as virtudes referentes à convivência social, isto é, honestidade, o espírito de justiça, a sinceridade, a cortesia, a fortaleza de ânimo: virtudes sem não existe sequer verdadeira vida cristã” (AA 4).

A formação dos ministros deve permitir fazer uma síntese orgânica e dar condições para o cumprimento eficaz da missão, mas claro, deixando-se conduzir e anima pelo Espírito Santo. A formação é expressão da paternidade e da maternidade da Igreja que educa e cuida seus filhos colaborando com o educador por excelência que é o próprio Deus.

Na perspectiva de discípulos missionários, quem recebe formação também se torna formador e corresponsável em ajudar os outros. Especial atenção deve ser dispensada aos mais pobres, devido a sua situação de marginalizados, são os que têm mais dificuldade de procurarem, por forças próprias os espaços formativos.

3 Planejamento pastoral

A eclesiologia de comunhão se concretiza e se torna Igreja viva e missionária, graças aos múltiplos dons, carismas e ministérios. Também é indispensável uma comunhão orgânica

que acontece pelo planejamento pastoral. Significativo é o ensinamento feito por Jesus a partir “videira e dos ramos” (Jo 15,1-17). Os frutos são possíveis na medida em que os ramos permanecerem ligados à vide, se houver cultivo, correção. A seiva, nestas condições, perpassa toda videira que resulta em frutos abundantes.

Outra imagem de organização e harmonização é desenvolvida por São Paulo em 1Cor 12,12-31. Um corpo humano somente existe devido a multiplicidade de membros, quando cada um realiza o que lhe é próprio, quando todos funcionam bem. São Paulo também reflete como seria um corpo, onde os membros vivessem em conflito e disputas por não aceitarem realizar a contribuição que lhes é própria.

As duas imagens ressaltam a necessidade do planejamento pastoral, somente ele permite criar organicidade e fazer circular o princípio vital. De todos os que participam ativamente da construção da Igreja, requer-se reta intenção. “O mérito da bondade da nossa obra não é tanto aquilo que fazemos e sim a intenção com que é feita. O que a alma é para o corpo e a raiz para a árvore, a intenção é para as nossas ações”¹⁰.

Trabalhar para unidade da Igreja é uma obrigação, não é uma estratégia. A unidade é uma necessidade por que a Igreja é um só corpo, por causa de sua origem trinitária. “Graças a esta diversidade e complementariedade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo corpo e dá-lhe o seu próprio contributo” (CfL 20).

Referências Bibliográficas

BÍBLIA SAGRADA. Brasília: Ed. CNBB, 2010.

CANTALAMESSA, Raniero. *Amar a Igreja*: meditações sobre a Epístola aos Efésios. São Paulo: Loyola. 2007.

10 Raniero CANTALAMESSA. *Amar a Igreja*: meditações sobre a Epístola aos Efésios. p.18.

CNBB. *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia: a conversão pastoral da paróquia*. Brasília: Ed. CNBB, 2014 («Documentos da CNBB 100»).

_____. *Missão e Ministérios dos cristãos Leigos e Leigas*. 13 ed. São Paulo: Paulinas, 2010 («Documentos da CNBB 62»).

_____. *Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade: sal da terra e luz do mundo*. Brasília: Ed. CNBB, 2016 («Documentos da CNBB 105»).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II – Documentos. Brasília: Ed. CNBB, 2018.

MIRANDA, Mario de França. S.J. *É possível um sujeito eclesial?* Brasília: Ed. CNBB, 2018 (Coleção «São & Luz Vol.1»).

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica Christifidelis Laici*. São Paulo: Paulinas, 1988.

TABORDA, Francisco. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2012.